

TORTURA: NUNCA MAIS

Cecília Coimbra é professora de psicologia da Universidade Federal Fluminense e atual presidente do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ. Esta entrevista foi concedida às professoras Ângela de Castro Gomes e Virgínia Fontes em 30 de abril de 1996.

Como se formou o Grupo Tortura Nunca Mais/RJ?

O Grupo Tortura Nunca Mais/RJ surgiu extra-oficialmente em abril de 1985 no Rio de Janeiro. Em 1979 havia sido votada a Lei da Anistia, uma lei extremamente limitada, que além de deixar de fora vários segmentos da sociedade brasileira que tinham sido cassados porque fizeram oposição ao regime militar, criou uma figura chamada de crimes conexos. Ou seja, pela lei, aquelas pessoas que haviam participado, do lado da repressão, de seqüestros, assassinatos, torturas e ocultações de cadáveres estavam anistiadas antes mesmo de serem apresentadas à Justiça, antes mesmo que seus crimes fossem conhecidos pela sociedade em geral. Foi portanto uma lei que não atendeu aos clamores da sociedade, a toda uma luta que vinha sendo desenvolvida pelos Comitês Brasileiros pela Anistia, que desde mais ou menos 1976 funcionavam em algumas das principais capitais do país. Depois disso os comitês começaram a se dissolver, e pouco se falava do período da ditadura militar, dos efeitos daquele período na sociedade brasileira. Os mortos e desaparecidos eram uma questão esquecida.

Em 1985, por acaso, tivemos conhecimento pela imprensa de que o major Walter Jacarandá estava sendo indicado para comandante do Corpo de Bombeiros. Essa pessoa, através dos jornais, foi reconhecida pelo então secretário estadual de Transportes e ex-preso político, Brandão Monteiro, como sendo um de seus torturadores. A partir daí outras pessoas também reconheceram o Walter Jacarandá. Naquele mesmo momento tivemos contato com o ex-deputado federal e advogado de presos políticos, Modesto da Silveira, que na época tinha assento, representando a ABI, na Comissão de Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos, que havia sido criada pelo governo Brizola vinculada à Secretaria Estadual de Justiça. Ele nos disse que na Comissão pesava sobre o secretário de Defesa Civil a desconfiança de que ele teria pertencido ao aparato da repressão. Ex-presos políticos surgiram e confirmaram a denúncia, dizendo que o secretário José Halfeld Filho fora carcereiro do presídio São Judas Tadeu, um presídio que existia no andar térreo do Dops, e que ele era a pessoa que fazia a ligação entre o Dops e os Centros de Informações do Exército (o CIEEx), da Marinha (o CENIMAR) e da

Aeronáutica (o CISA). Logo depois viemos a descobrir também que o assessor de segurança para o Banerj era um major da PM, Riscalá Corbaje, muito conhecido no período da ditadura como dr. Najib. Ele torturou a mim e a várias outras pessoas.

Era abril de 1985, e começamos a nos reunir às segundas-feiras no Sindicato dos Jornalistas. Não tínhamos nenhuma perspectiva, naquele momento, de fundar uma entidade. Chamávamos ex-presos políticos, companheiros com quem mantínhamos contato, familiares de mortos e desaparecidos políticos, e discutíamos sobre o que se poderia fazer para afastar dos cargos de confiança do governo aquelas pessoas ligadas à tortura. Começamos a aparecer na imprensa. A jornalista Luciana Villas-Boas desde o início acompanhou as nossas reuniões e publicou no *Jornal do Brasil* uma matéria com bastante destaque sobre aquele grupo que estava discutindo semanalmente a existência de torturadores em postos de confiança do governo do estado. Forçamos o secretário estadual de Justiça a nos receber e conseguimos dar depoimentos à Comissão de Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos da Secretaria de Justiça, para que pudessemos dizer o nome das pessoas que reconhecíamos como aquelas que nos tinham torturado nos anos 60 e 70. Isso teve um grande efeito em termos de imprensa. Todo mês, quando havia reunião da Comissão, estávamos lá denunciando, e os jornalistas apareciam. O fato é que Walter Jacarandá não chegou a ser nomeado comandante do Corpo de Bombeiros; Riscalá Corbaje foi afastado do cargo de assessor de segurança do Banerj; já José Halfeld Filho se manteve como secretário de Defesa Civil, e depois, durante o segundo governo Brizola, novamente assumiu a secretaria, apesar das nossas denúncias.

Mas nós começamos a perceber que havia um vazio em termos de sociedade brasileira. A questão da violência naquele período, meados dos anos 80, era muito falada, mas a análise que se fazia era totalmente desvinculada do período da ditadura militar. Acharmos que seria importante a criação de uma entidade, no sentido não só de pensar os efeitos da ditadura militar na sociedade hoje, mas de fazer uma ligação entre a violência que continuava ocorrendo no campo, nas cidades, e tudo aquilo que fora instituído pela ditadura militar, mostrando como o Estado brasileiro tinha feito da tortura um instrumento oficial e tinha institucionalizado a figura do desaparecido político, que foi exportada para as demais ditaduras latino-americanas. Começamos então a pensar efetivamente na existência de uma entidade e a discutir que nome ela teria. Naquela época já haviam terminado os trabalhos da Comissão Sabato, na Argentina, e tinha acabado de ser publicado um livro, chamado *Nunca mais*, com os resultados da comissão, contando o que ocorreu no período da ditadura militar argentina. Em cima desse livro, e da repercussão que ele estava tendo em nível mundial, inclusive pela atuação das Mães da Praça de Maio, resolvemos criar uma entidade chamada Grupo Tortura Nunca Mais/RJ. Esta entidade foi lançada oficialmente no final de outubro e início de novembro de 1985, com um grande seminário na Faculdade Cândido Mendes, o I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ ?

Nesse período inicial de articulação do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, qual foi a reação das autoridades políticas, dos governos federal e estadual?

Tivemos logo de início uma reação muito forte do governador do estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola. O *Jornal do Brasil*, a *Tribuna da Imprensa*, as rádios noticiavam muito as nossas primeiras denúncias. Conseguimos nomes que não tínhamos, de pessoas ligadas à PM do Rio de Janeiro, ao Corpo de Bombeiros, que haviam participado da repressão, que tinham sido torturadores. Eram pessoas das quais só tínhamos o codinome. Conseguimos fotografias dessas pessoas, pudemos reconhecê-las, soubemos os seus nomes, apresentamos isso à imprensa, e foi um escândalo. De início Leonel Brizola ficou revoltadíssimo, dizia que o nosso grupo estava ali para desestabilizar o governo dele, que éramos uma esquerda festiva que ele conhecia etc., nos desqualificando. O governo Sarney permaneceu em silêncio. Através do Marcelo Cerqueira, que era assessor do Fernando Lyra, então ministro da Justiça, tentamos obter uma audiência com o ministro, mas não conseguimos. O ministro da Justiça seguinte, Paulo Brossard, nos recebeu. Fomos à Brasília e conseguimos reabrir um processo que havia na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, que tratava da questão dos desaparecidos políticos. Era um processo de meados dos anos 70, do qual inclusive constava o depoimento da Inês Etienne Romeu, a única sobrevivente da Casa da Morte, em Petrópolis. Fizemos contato com familiares dos desaparecidos, que nos forneceram novos dossiês; levantamos cada caso e mandamos o material para o Ministério da Justiça, que dizia iria acompanhar, iria dar prosseguimento à denúncia. Mas, o processo foi sendo empurrado com a barriga. Efetivamente o governo federal não dava nenhuma resposta.

Tivemos um apoio muito grande, naquele início, do *Jornal do Brasil* e da *Tribuna da Imprensa*, através do Hélio Fernandes, do Sindicato dos Jornalistas, da OAB federal, que ainda estava funcionando no Rio, e da OAB do Rio de Janeiro. Tanto o Herman Assis Baeta, da OAB federal, como o Nilo Batista, da OAB do Rio de Janeiro, nos receberam. Tentamos contar com o apoio da Arquidiocese do Rio de Janeiro mas nada conseguimos. Tivemos um grande apoio da Arquidiocese de São Paulo e de dom Paulo Evaristo Arns. Em termos de Brasília, de senadores e deputados federais, praticamente não tivemos nenhum respaldo. Tivemos apoio de alguns parlamentares do PDT isoladamente e do PT de um modo geral. Alguns segmentos do PDT do Rio nos apoiaram. Uma deputada que desde o início nos acompanhou foi Heloneida Studart.

Vocês tiveram cobertura da televisão?

Não, nós não tínhamos muito espaço na televisão. Lembro que a Rede Globo várias vezes esteve presente fazendo reportagens conosco que depois não eram levadas ao ar. Tínhamos naquele momento a *Bandeirantes* — o SBT não tinha ainda expressão, acho que nem existia — e a *Manchete*, que davam alguma coisa. Lembro, por exemplo, que eu e outra ex-presença política demos uma entrevista para a Comissão de Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos da Secretaria de Justiça e fomos entrevistadas pela *Bandeirantes* e *Manchete*. Era a primeira vez que falávamos em televisão. Um dia antes do início do seminário na Cândido Mendes tivemos acesso ao *Sem Censura*, da TVE. Flora Abreu esteve no programa nesse dia, mas depois a TVE nunca mais abriu para nosso Grupo: o *Sem Censura* nos censurou. Soubemos que não havia espaço para o Grupo

Tortura Nunca Mais/RJ. Só há pouco tempo é que fui chamada pela TVE para um debate sobre um vídeo chamado “Vala comum”, sobre a vala do Cemitério de Perus em São Paulo. É um programa novo chamado Curta Brasil, muito interessante.

Ainda com relação à imprensa, as rádios, por exemplo, nos procuravam muito. Todo mês, quando havia reunião da Comissão ligada à Secretaria de Justiça, íamos lá para fiscalizar se o Halfeld estava lá, levávamos testemunhas que o conheciam como carcereiro do Dops. A *Veja* esteve lá, e houve uma boa matéria naquele período, a *Isto É/Senhor* também, as rádios, muitas rádios: a JB, que tinha uma equipe de jornalismo boa, que depois foi desfeita, a Rádio Tupi... A Rádio CBN, que se formou posteriormente, sempre nos deu um respaldo muito grande, até hoje.

Vocês tiveram contato com outros grupos ou associações que existiam no Rio de Janeiro na época?

Fizemos muito contato com diferentes grupos de direitos humanos que havia aqui no Rio de Janeiro. Com a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, onde Heloneida Sturdat nos deu um apoio muito grande, e também com outras entidades não-governamentais que já começavam a aparecer naquele momento, principalmente o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Nós inclusive éramos muito visitados pelo pessoal do IBRADES, que fazia um trabalho com crianças nas ruas. É interessante perceber como aquelas discussões que tínhamos com eles eram no sentido de politizar a questão da violência hoje. Isso era uma das coisas que eles desconheciam, até por não terem vivido toda a violência da ditadura militar, a questão dos desaparecidos, do seqüestro, da tortura institucionalizada. Uma das coisas que eu reputo de grande importância no surgimento do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ é essa ligação que fizemos, desde o início, entre a questão da violência hoje e o período da ditadura militar.

Nesses primeiros tempos, além de ex-presos políticos e familiares de mortos e desaparecidos políticos, havia outro tipo de pessoas no Grupo Tortura Nunca Mais/RJ?

Poucas pessoas. Havia algumas que tinham sido do Comitê Brasileiro pela Anistia e que não eram ex-militantes nem familiares. Foi depois do seminário na Cândido Mendes que um grupo grande que não tinha tido militância nos anos 60/70, se incorporou. Nesse seminário, nós convidamos várias pessoas para fazer painéis, mesas-redondas sobre o que foi o período da ditadura militar em termos de censura à imprensa, de censura às músicas, sobre a questão psicológica, a questão médica do torturado, até mesmo para denunciar. Veio o José Genoíno, por exemplo, como sobrevivente da Guerrilha do Araguaia, para contar o que foi a guerrilha. Era ainda muito desconhecida. Marilena Chauí falou dos aspectos sociológicos, filosóficos da tortura; Hélio Pellegrino falou da questão psicológica do torturado; Taiguara, o MPB-4, Chico Buarque de Holanda, Tárik de Sousa falaram sobre a censura na música popular. O seminário durou cinco noites, de segunda a sexta na Faculdade Cândido Mendes, na rua da Assembléia. A platéia encheu,

eram cerca de três mil pessoas, muitos estudantes. A partir daí tivemos uma presença maciça de estudantes no Grupo Tortura Nunca Mais/RJ. O DCE da Universidade Santa Úrsula, o DCE da UERJ eram entidades que mobilizavam os estudantes, e eles compareciam maciçamente às nossas reuniões. Tínhamos às vezes cerca de 80 pessoas em uma reunião ordinária. Naquele início, fazíamos uma reunião plenária uma vez por mês e reuniões de diretoria uma vez por semana. Mas fomos obrigados a fazer plenárias toda semana, tal o número de pessoas que participavam depois do seminário. Éramos convidados pelas universidades, fizemos muitos debates naquele momento.

O I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ está consolidado numa publicação da Editora Vozes de 1987, organizada por Branca Heloísa.

Sim. O livro hoje existe só para consulta, porque a primeira edição está esgotada, e a Vozes não fez a segunda edição. Há anos que solicitamos reedição.

Com que fontes de recursos o Grupo Tortura Nunca Mais/RJ contava quando se estruturou?

Desde o início, desde 1985, houve uma discussão sobre sermos uma ONG. Nossa posição é a de que não somos nem queremos ser uma ONG. Somos um grupo de militantes que hoje tem alguns projetos pontuais, mas que de início não tinha. De início, até 1993, nos reuníamos no Sindicato dos Jornalistas, que sempre nos abriu as portas. Tivemos o apoio de alguns parlamentares no sentido de selos, correio etc., e mensalmente as pessoas ligadas ao Grupo Tortura Nunca Mais/RJ davam alguma quantia em dinheiro para que a entidade pudesse funcionar, nas nossas próprias casas. Em 1986 começamos a publicar um boletim de uma página — hoje ele tem às vezes 14, 16 páginas —, e o Sindicato dos Bancários nos apoiou, inclusive imprimindo o boletim na gráfica sem nunca nos cobrar nada ao longo desses sete anos. Em suma, no começo nós não tínhamos nenhum tipo de financiamento.

Mas, até por ser psicóloga, começamos a perceber algumas necessidades. Tínhamos muitos contatos com ex-presos políticos, com familiares de mortos e desaparecidos políticos, e à medida que essas questões eram trazidas à tona, as pessoas ficavam muito fragilizadas. Muitas pessoas não conseguiam resgatar a sua história porque não tinham um respaldo médico-psicológico, não tinham condições de pagar uma psicoterapia. Começamos a pensar então em um projeto de apoio médico-psicológico a essas pessoas. Era 1988, e nós aí já estávamos estendendo o projeto não só a pessoas atingidas pela de tortura política, mas as atingidas pela violência organizada de modo geral. O reverendo Jaime Wright, da Arquidiocese de São Paulo, que era muito ligado a nós, nos disse que existia um Fundo Voluntário das Nações Unidas para as Vítimas da Tortura, e passamos então a apresentar o nosso projeto à ONU todos os anos: 1988, 89, 90, 91 e 92. Por insistência nossa, e por informações que eles estavam obtendo sobre nós, acabamos conseguindo um primeiro financiamento em 1992.

Que informações eram essas?

Já no final de 1988 começamos a formar um *pool* de entidades nacionais e internacionais, enviando denúncias que começavam a chegar até nós sobre violações dos direitos humanos no país naquele momento. Começamos a nos tornar conhecidos internacionalmente. Fizemos inclusive contato, em 1988, com as Mães da Praça de Maio, com os psicólogos que trabalhavam com as Avós da Praça de Maio, principalmente atendendo aquelas crianças que estavam sendo resgatadas, filhas de militantes mortos ou desaparecidos, que tinham sido criadas por pessoas ligadas à repressão. Conversamos muito com alguns desses psicólogos e começamos a ver a necessidade desse tipo de trabalho no Brasil.

Em 1992 recebemos um primeiro financiamento da ONU, muito pequeno ainda. Tínhamos feito contatos com vários psicólogos e psicanalistas de São Paulo, de Santa Catarina e Pernambuco, queríamos fazer um projeto a nível nacional, mas como os recursos eram poucos tivemos que nos fixar no Rio de Janeiro. Conseguimos formar uma equipe que eu, como psicóloga, reputo muito interessante, até porque são pessoas que trabalham de uma forma diferente da forma tradicional de se trabalhar a psicanálise. Tentamos pensar a psicanálise englobando todo o campo social, tendo leituras marxistas com relação à questão da produção social e histórica. Trabalhamos muito com os enfoques de Michel Foucault, de Felix Gattari e Gilles Deleuze. Tentamos fazer uma releitura da psicanálise em cima desses princípios. É um trabalho pioneiro no Brasil, que eu reputo da maior importância.

Este é o único projeto financiado que nós temos até hoje. Em 1994 conseguimos também o financiamento da Comunidade Européia, e hoje temos 77 pessoas sendo atendidas no Rio de Janeiro por essa equipe. O dinheiro que nos chega vai somente para esse tipo de trabalho, para pagar os profissionais que também são militantes, vão a eventos, a reuniões do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, reuniões de discussão de casos, reuniões administrativas, e nada disso é pago. A única coisa paga é o atendimento psicoterápico. Damos respaldo também a algumas pessoas que necessitam de medicamentos. Temos ainda um trabalho de acompanhamento terapêutico, por uma equipe de reabilitação social, um grupo que acompanha algumas pessoas em casa, ou para sair, pessoas que estão em momentos difíceis, algumas até em surto psicótico. E finalmente temos hoje uma equipe de reabilitação física, responsável pelos trabalhos corporais feitos com torturados por indicação dos terapeutas.

Dessas 77 pessoas que estão sendo atendidas hoje, qual a proporção dos que tiveram militância política e dos que não tiveram?

É quase meio a meio: 60% são ex-militantes políticos, ex-presos políticos, familiares de mortos e desaparecidos políticos, filhos, muitos filhos de desaparecidos e mortos, de ex-presos. Já 40% ou 45% são de pessoas atingidas pela violência organizada hoje. Nós atendemos, por exemplo, durante um período, uma das sobreviventes da chacina da Candelária. Demos atendimento a algumas testemunhas de Vigário Geral, a algumas outras pessoas. Fazemos relatórios anuais para as entidades financiadoras, mas resguardamos a identidade das pessoas. Agora, por exemplo, estamos com muitas

dificuldades financeiras. A ONU ainda não passou a verba deste ano de 1996 e nem nos deu uma resposta. A Comunidade Européia já deu uma resposta, mas dinheiro só daqui há dois meses. Achei muito interessante um grupo de clientes que fez uma proposta para os seus terapeutas e para a diretoria do Grupo: querem dar uma entrevista para um grande jornal e falar da importância desse trabalho, querem se mostrar e dizer: “Eu sou atendido por esse projeto e estou fazendo um apelo pois esse projeto não pode terminar.” Isso deve acontecer, está sendo organizado pelos próprios pacientes.

O Grupo Tortura Nunca Mais/RJ tem uma vinculação importante com a Universidade, no sentido de estimular a Universidade a fazer pesquisas ou trabalhos voltados para as demandas sociais. Além da área de psicologia, que relações o Grupo tem com áreas como antropologia, medicina, história?

Temos tido aliados importantíssimos nas universidades. Eu sou da Psicologia da UFF, Luís Basílio (Vice-Presidente) é da Educação da UERJ. Estou também na Pós-Graduação de Educação aqui da UFF, e é interessante porque todos os meus orientandos — são oito no momento — têm interesse por esse período da história. Alguns professores de história, inclusive, me procuram como orientadora. Outros companheiros têm dado uma contribuição importante para se rever, se repensar esse período: René Dreifuss, Daniel Aarão Reis, aquele grupo de que a Maria Celina d'Araujo faz parte, da UFF e do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, que fez aqueles três volumes de entrevistas com militares — aquilo forneceu importantíssimas informações que nós hoje utilizamos na Comissão Especial que foi formada no Ministério da Justiça para tratar dos mortos e desaparecidos políticos. No curso de psicologia da UFF nós temos o chamado Laboratório de Subjetividade Política, o Lasp. Não fui eu quem fundou o laboratório, eu estava afastada para o doutorado e quando cheguei me integrei. Quem fundou foi Luís Antonio Batista, que agora está afastado. O objetivo é vincular a universidade aos movimentos sociais. Obviamente, até pela minha ligação, o Grupo Tortura Nunca Mais/RJ foi uma entidade bastante privilegiada no espaço do Lasp.

Um dos trabalhos que fizemos ao longo dos anos também tem a ver com a Universidade. Em 1991, no segundo governo Brizola, apesar do José Halfeld Filho estar como secretário da Defesa Civil, conseguimos do vice-governador, que era secretário de Justiça e secretário de Polícia Civil, Nilo Batista, um grande aliado nosso, que nos fosse permitida a entrada no Instituto Médico Legal para pesquisarmos. Um pouco antes tínhamos entrado com um pedido de abertura de investigações, no Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro e no Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, contra médicos legistas que nós sabíamos que tinham dado laudos falsos de militantes assassinados sob tortura, laudos esses que na verdade confirmavam a versão oficial da repressão: mortos por atropelamento, tiroteio ou suicídio. E naquele mesmo momento, em 1991, em São Paulo, através da gestão da prefeita Luísa Erundina, foi encontrada uma vala no cemitério Dom Bosco, chamada vala de Perus, contendo ossadas de militantes políticos. Essa vala de Perus era conhecida por nós, pelo pessoal do Comitê Brasileiro pela Anistia, mas nunca se tinha tido apoio político no sentido de abri-la. Sabia-se inclusive de algumas pessoas que estavam enterradas ali, por pesquisas que

os Comitês Brasileiros pela Anistia tinham feito no final dos anos 70. Tínhamos também a informação de que no Rio havia um cemitério na periferia, em Ricardo de Albuquerque, onde muitos militantes políticos haviam sido enterrados como indigentes.

Ao mesmo tempo, então, que a Luísa Erundina propiciou a abertura da vala de Perus, o pessoal de São Paulo começou a fazer pesquisas no IML de São Paulo, e nós no IML aqui do Rio. E qual não foi a nossa surpresa. No primeiro dia em que entramos no IML, cercados pela imprensa, o irmão de um desaparecido político disse: “Vamos abrir o ano de 1973.” Custamos a encontrar os livros, mas conseguimos o ano de 1973. Eu disse: “Vamos abrir em outubro de 1973.” Quando olhamos ali, vimos o irmão dele, não com o nome, mas dizendo: “três homens desconhecidos e uma mulher mortos na praça Sentinela em Jacarepaguá, os três carbonizados e a mulher metralhada”. Daqueles quatro, dois estavam na lista dos mortos oficiais que a repressão assumiu, e dois estavam na lista dos desaparecidos: Vitorino Alves Murtinho e Raminez Maranhão, irmão do rapaz que estava conosco. Foi assim nossa entrada no IML, já encontrando dois desaparecidos políticos enterrados como indigentes em Ricardo de Albuquerque, confirmando aquela informação que nós tínhamos. Começamos a pesquisar e conseguimos encontrar 14 mortos enterrados como indigentes numa vala de Ricardo de Albuquerque. Levamos isso ao conhecimento do Nilo Batista, e aí resolvemos abrir a vala. Chamamos a Equipe Argentina de Antropologia Forense, que tinha se especializado nisso, e procuramos a Eliane Cantarino, da Antropologia da UFF, para nos dar um respaldo nesse trabalho em termos de antropologia social. A Eliane imediatamente aceitou, juntou um grupo de alunos e começamos esses trabalhos de exumação na vala de Ricardo de Albuquerque.

Vocês tiveram problemas no IML?

Sim. Quando entramos no IML tínhamos uma série de dificuldades, porque os médicos legistas contra os quais tínhamos entrado com pedidos de investigação sabiam que iríamos encontrar documentação contra eles. Então as pressões eram terríveis: os funcionários nos atendiam com revólveres em cima da mesa; tudo estava microfilmado, mas não havia papel de microfilme, os microfilmes sumiam. Colocaram um sujeito para nos ajudar que era para nos fiscalizar. Foram assim praticamente os dez meses de pesquisa no IML, pressão em cima de pressão. Nesse período morreu de infarto um médico legista que estava sendo acusado por nós e também pela Justiça comum, por um laudo que ele tinha feito, de uma moça que tinha sido internada como esquizofrênica. Ela não era esquizofrênica, teve um problema com o marido, foi seqüestrada e internada numa casa de saúde. Essa mulher posteriormente foi morta. Esse médico teve um infarto, e quando nós chegamos no IML, as paredes estavam coalhadas de cartazes dizendo: “Comunicamos a morte do nosso grande amigo dr. Nilson Santana, que por pressões de determinado grupo não agüentou e morreu de infarto.” Imediatamente pegamos aquele papel e fomos ao Nilo Batista: “Estamos sendo ameaçados.” Estávamos realmente receosos de que no meio da rua alguém nos atropelasse, tal era o nível de pressão que sofríamos lá dentro. Telefonavam para a minha casa — depois viemos a saber que era pessoal ligado ao IML — dizendo: “Aqui está falando da funerária. Você já providenciou o seu caixão, para você e todo o seu grupo?”

Uma das coisas que sempre soubemos é que muitos desses cadáveres de militantes políticos que apareciam, e cuja versão oficial era suicídio — Herzog foi um caso famoso —, morte por atropelamento ou tiroteio, tinham sido mortos por tortura. Sabíamos disso porque tínhamos testemunhas. Eu, por exemplo, vi o Eduardo Leite sendo torturado, e depois foi dito que havia morrido em tiroteio. Tínhamos esses depoimentos e sabíamos que existiam em algumas capitais do país grupos de médicos que legalizavam essas versões oficiais. Os IML estavam envolvidos. Qual não foi a nossa surpresa quando começamos a pesquisar no Instituto de Criminalística Carlos Éboli, que é um outro órgão funcionando junto com a Polícia Técnica e o IML, e encontramos fotos violentíssimas. A sensação que dava é que devia haver algum fotógrafo lá interessado em registrar as marcas de tortura. Morto em tiroteio: estava lá o sujeito na rua, com uma porção de cápsulas detonadas, e as marcas de torturas violentíssimas no corpo. Juntamos todo esse material e entregamos ao Conselho Regional de Medicina. Da mesma forma o pessoal em São Paulo, quando começou a pesquisar, encontrou provas e encaminhou-as para os processos que tínhamos aberto lá — na época em que abrimos os processos ainda não havia a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos em São Paulo. Desde o início nossa preocupação era que surgissem outros grupos em outros estados, e por isso mandávamos cartas etc. Hoje temos Grupos Tortura Nunca Mais em São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas, Bahia e em Goiás funcionando efetivamente. Há pouco tempo fui chamada para o lançamento do Tortura Nunca Mais no Ceará.

O Grupo Tortura Nunca Mais/RJ trabalha realmente com um leque bastante vasto de atividades: acompanhamento psicológico, pesquisa em arquivos do IML. Há mais alguma área de atuação?

Já fizemos — hoje não fazemos mais — essas pesquisas no IML, no Instituto de Criminalística Carlos Éboli, no arquivo morto da Polícia Civil. Conseguimos inclusive acesso ao arquivo do Dops, que estava sob responsabilidade do governo federal — na realidade, o arquivo do Dops do Rio e de São Paulo estava nas mãos do sr. Romeu Tuma, quando o Brizola ganhou a eleição aqui e Franco Montoro em São Paulo, no início dos anos 80. Em 1992 conseguimos acesso por pressão de parlamentares. Tivemos um apoio muito grande do Nilmário Miranda, deputado federal por Minas Gerais, do PT, que formou uma Comissão Externa sobre desaparecidos políticos e depois foi o primeiro presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal — atualmente o presidente da comissão é o Hélio Bicudo. Vimos claramente, nos arquivos do DOPS/RJ, como os documentos sobre os desaparecidos foram retirados pela Polícia Federal. Não há nenhuma prisão, é como se eles não tivessem existido. Conseguimos dados sobre alguns mortos, fotografias, um material importante sobre a prisão de alguns deles, e essa documentação toda que juntamos está sendo muito importante hoje, porque desde janeiro está se reunindo no Ministério da Justiça uma Comissão Especial, em virtude de uma lei sobre a indenização para as famílias dos mortos e desaparecidos políticos.

Aliás, o projeto dessa lei foi apresentado pelo assessor do Ministro da Justiça, José Gregori, e nós fomos muito críticos a ele. O Grupo Tortura Nunca Mais/RJ desde o

início se levantou apontando a timidez do projeto, que deixa de fora muita gente. Deixa de fora, por exemplo, as pessoas que foram mortas na rua. Na verdade, muita gente foi presa e torturada, e depois era feito um teatrinho no meio da rua. A lei deixa de fora também muitos desaparecidos, principalmente argentinos que desapareceram aqui no Brasil após 79, pois ela só cobre o período de 1961 a 1979, o mesmo período da Lei da Anistia. Ela não contempla, por exemplo, os brasileiros que desapareceram nas ditaduras latino-americanas. Desapareceram lá porque estavam sendo perseguidos no Brasil, e sabemos que havia toda uma conexão dos serviços de repressão do Cone Sul, de caça a esses militantes. E essa lei, principalmente, não deixa clara e explícita a responsabilidade do Estado pelos crimes cometidos durante o período da ditadura militar. Para nós o presidente da República deveria vir a público e pedir desculpas à nação pelos crimes cometidos pelo Estado. E isso não aconteceu. Está sendo uma piada os porta-vozes do governo dizerem, via mídia, que o governo FHC^(*) resolveu o problema dos mortos e desaparecidos políticos porque as famílias estão sendo indenizadas. Para nós, para as famílias, a indenização não é o mais importante. A indenização é um direito, mas como efeito de um processo de declaração de responsabilidade da União.

O Grupo Tortura Nunca Mais/RJ então fornece material a essa comissão do Ministério da Justiça encarregada de julgar os pedidos de indenização.

Sim. Todas as pesquisas que fizemos estão sendo encaminhadas para essa Comissão, que tem inclusive uma representante dos familiares e das entidades dos direitos humanos. Temos alguns aliados lá, mas há também um general, membro das Forças Armadas, que tem vetado sistematicamente os pedidos de indenização. Já tivemos dois casos negados de pessoas que foram mortas sob a guarda do Estado, com marcas de tortura, e estamos apelando.

Afora isso, uma outra atividade que o Grupo Tortura Nunca Mais/RJ tem é o evento que fazemos uma vez por ano, de entrega da Medalha Chico Mendes de Resistência. Este ano de 1996 foi o oitavo ano em que esse evento ocorreu. Essa medalha surgiu em 88, quando o Exército resolveu, no dia do aniversário do golpe de 31 de março, fazer uma homenagem a vários oficiais, entre eles muitos torturadores, onde funcionou o DOI-CODI. Nós fomos para a porta do DOI-CODI e fizemos um escândalo. Eles receberam a chamada medalha do Pacificador. Resolvemos que tínhamos a nossa medalha e foi justamente no ano em que o Chico Mendes morreu. Consultamos a família, o irmão dele esteve aqui e concordou. A Medalha Chico Mendes é um evento que reflete muito bem o trabalho do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, porque ela homenageia não só os mortos e desaparecidos políticos, ou familiares de pessoas que combateram durante o período da ditadura, mas fundamentalmente pessoas que estão combatendo hoje. Por exemplo, nós tivemos este ano como homenageada a Deolinda Alves, o Luís Fernando Veríssimo; o Caco Barcelos também já foi lembrado. Pensamos em pegar diferentes segmentos, a Igreja, os sem-terra, as vítimas da violência urbana, pessoas que estão sendo ameaçadas de morte. Todo dia 1º de abril realizamos esse evento. E é um ato muito emocionante e muito bonito. Vemos claramente a junção de

^(*) Refere-se ao governo de Fernando Henrique Cardoso.

objetivos do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, de denunciar a violência que existe hoje no país relacionando-a com o que ocorreu recentemente. As pessoas têm correspondido.

Também é importante mencionar a atuação que tivemos durante a Operação Rio. Quando o convênio estava para ser firmado com o governo federal, ainda no governo do Nilo Batista, fomos a primeira entidade a protestar. Saímos com um manifesto dizendo que éramos contra esse convênio porque as Forças Armadas não tinham o direito de ficar ligadas à segurança pública, que aquilo era uma justificativa para a violação de direitos humanos que iria acontecer, como efetivamente aconteceu. Acompanhamos, dentro do possível, o que ocorreu. Fomos para o morro do Borel dois dias depois da invasão, quando uma igreja foi ocupada e serviu de local de triagem e tortura. Havia marcas de sangue quando chegamos lá. A população nos contou que as pessoas presas eram arrastadas diante de todos. Há uma tortura, “afogamento”, que os traficantes fazem lá em cima do morro, e o pessoal do Exército fez a mesma coisa. Nós inclusive levamos algumas pessoas para fazerem exame de corpo delito, foram abertos processos que não deram em nada. Acompanhamos também a invasão do morro do Alemão; enfim, acompanhávamos o que podíamos e estávamos constantemente fazendo denúncias. Fizemos, inclusive, na Procuradoria Geral da República, sediada aqui no Rio de Janeiro, onde tivemos um apoio muito grande do procurador Gustavo Tepedino, que agora se afastou do cargo. Ele teve um papel fundamental naquele momento, subindo o morro do Borel conosco. Tínhamos reuniões mensais com um fórum que se criou para denunciar as arbitrariedades da Operação Rio, e até tivemos o prazer de ver sentarem ao nosso lado, denunciando as arbitrariedades cometidas, entidades que antes tinham apoiado o convênio, clamando pela entrada do Exército em questões de segurança pública.

Nessas idas ao morro, fazendo contatos com a população, vocês sofreram constrangimentos da parte do crime organizado?

Não, até porque naquele momento, com as operações monstruosas dos Fuzileiros Navais, Polícia Militar e Exército, o tráfico estava muito devagar. Os traficantes tinham saído. Isso foi anunciado. Ficamos muito mobilizados com os depoimentos da população, crianças inclusive. Eu mesma fui ao morro do Borel e ouvi. O padre do morro do Borel que fez a denúncia, que nos fez ir lá imediatamente — ele recebeu a medalha Chico Mendes naquele ano — fez um trabalho com as crianças. Quando nós chegamos, ele juntou as crianças e disse: “Este aqui é o Grupo Tortura Nunca Mais/RJ. Quem aqui já viu tortura?” A maioria das crianças levantou a mão. Crianças de 8, 7 anos. Era o cotidiano delas. O adulto tinha medo de falar conosco, mas o que as crianças falavam eram coisas impressionantes. Ficamos altamente mobilizados. Mantemos contato até hoje com esse trabalho no morro do Borel, que é feito na igreja de São Sebastião, na Chácara do Céu. Quando a situação lá piora eles nos telefonam e aí tentamos fazer contato com alguém, com o Hélio Luz, por exemplo. Tivemos há pouco tempo contato com ele. Ele teve uma recepção muito interessante, dizendo do respeito que tem pelo trabalho do Grupo, pedindo inclusive que o auxiliássemos na organização de uma delegacia sobre desaparecido comum. Uma pesquisa que foi feita por um jornalista do *O Dia* mostra que, de 1990 a 95, houve 168 desaparecidos só no Rio de Janeiro. Pessoas

que comprovadamente foram presas por policiais civis ou militares ou por grupos paramilitares. O Hélio Luz nos perguntou se estaríamos dispostos a ajudá-lo, e dissemos que sim porque temos total independência. Isso tem que ficar muito claro. Por exemplo, quando o secretário de Segurança Pública ao qual Hélio Luz é subordinado, Nilton Cerqueira, assumiu, fizemos uma série de denúncias. Tanto que ele assumiu fazendo críticas ao Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, dizendo que fazíamos parte de "centrais de ódios". Saiu em todos os jornais na época. E nós apresentamos naquele momento um dossiê sobre o Nilton Cerqueira, mostrando que ele foi o responsável por toda a área de informações da 6ª Região Militar da Bahia, responsável pelo cerco e a morte do Carlos Lamarca. Esse material nós conseguimos no arquivo do Dops/RJ.

Como são as relações do Grupo com a área da Justiça hoje?

Temos muito pouco contato com a área da Justiça. É muito difícil. Por exemplo, depois da saída do Gustavo Tepedino tentamos fazer contato com o substituto dele e não conseguimos. Tivemos um acesso bom na época ao procurador nacional dos direitos do cidadão, ao qual o Gustavo Tepedino estava subordinado, que era o Álvaro Costa. Depois que ele saiu e entrou o Geraldo Brindeiro como procurador geral da República, não tivemos mais acesso. Enviamos solicitações que não são encaminhadas. Também estamos com muito acúmulo de trabalho e não temos feito pressão como eu acho que deveríamos fazer. Nós somos muito poucos, somos nove membros da diretoria que efetivamente estão trabalhando. A maioria também trabalha em outras coisas. Só temos uma pessoa que tem dedicação exclusiva porque está aposentada, que é a nossa secretária.

Com quantas pessoas o Grupo Tortura Nunca Mais/RJ conta hoje?

Nossas reuniões aqui no Rio têm 30, 40 pessoas. Não temos uma coordenação nacional dos diferentes grupos, porque desde o início achamos que cada um tinha que ser um grupo autônomo. Mantemos muito contato com o pessoal de Minas Gerais, de Pernambuco, de São Paulo, mas guardamos a autonomia. Talvez, nos diferentes grupos, em termos de militância efetiva, haja umas 120, 130 pessoas. É muito pouco, não é?

O fato de o Grupo ter-se aberto gradativamente a outras histórias de violência, que não de origem política, se refletiu na composição dessa militância?

Sem dúvida. Hoje nosso tesoureiro, por exemplo, é o pai de um cadete que foi morto em treinamento há quatro anos na Academia Militar das Agulhas Negras. Não conseguiu fazer alguns exercícios e foi chutado até a morte. Tinha 18 anos. Foi um caso conhecido através da imprensa. Há vários outros casos de pessoas que se aproximaram de nós. Muitos educadores de rua têm nos acompanhado, temos um contato muito grande com a Cristina Leonardo, que é uma das pessoas importantes hoje no julgamento da chacina da Candelária. Não só pessoas, mas também entidades se aproximaram, até por causa desse trabalho que temos de apoio médico-psicológico a pessoas atingidas pela violência. Em

93, também através do Nilo Batista, conseguimos uma sede cedida pelo governo do Estado por dez anos. Fica em frente ao Cemitério São João Batista. Fomos até gozados no Informe JB na época. São duas salinhas. Temos fax, computador, uma secretária, que é paga pelo projeto de atendimento médico-psicológico e que nos ajuda no cotidiano do grupo. E nenhum de nós recebe qualquer tipo de pagamento. Continuamos na proposta de não nos transformarmos em ONG.

Mas o Grupo Tortura Nunca Mais/RJ mantém um bom relacionamento com uma série de ONGs, inclusive o prêmio Chico Mendes é concedido com a participação de outras ONGs. Com que tipo de organizações vocês têm mais afinidade?

De um modo geral são ONGs ligadas à questão dos direitos humanos, à questão da mulher também. Mantemos contato com a Human Rights Watch Americas. Quando eles abriram escritório no Rio de Janeiro, durante a Operação Rio, estávamos mandando material de denúncia para o exterior, inclusive para eles, e fomos a primeira entidade que eles procuraram. Mensalmente falamos com a Anistia Internacional, temos constantes contatos com organizações com sede no exterior. Temos um *pool* de quase 150 entidades, para as quais fazemos denúncias. Por exemplo, a Anistia Internacional e a Human Rights Watch Americas estão muito preocupadas com a questão dos médicos legistas. Estão ainda acompanhando a Comissão Especial que está funcionando hoje em Brasília. Somos também ligados à Fedefam, que é a Federação Latino-Americana de Familiares de Desaparecidos, com sede em Caracas e ao S.O.S. Tortura, com sede em Genebra.

Há muitos contatos na América Latina?

Temos contato com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos de São José da Costa Rica, com alguns grupos argentinos, as Mães da Praça de Maio, as Avós, a Comissão Permanente de Direitos Humanos da Argentina. No Uruguai, no Chile, temos contato com as Comissões de Familiares de Mortos e Desaparecidos — eles inclusive já foram homenageados por nós com a medalha Chico Mendes. Esses grupos têm o mesmo tipo de luta que nós, participamos de congressos juntos, etc. Temos sido chamados para muitos encontros internacionais para a apresentação do nosso projeto de apoio médico-psicológico. A Argentina tem grupos que trabalham com as mães, com as avós. O Chile tem grupos muito interessantes, o Uruguai também. Com esses três países temos um contato muito grande em função do projeto. Existe uma entidade na Dinamarca que é um centro de reabilitação para as vítimas de tortura. Embora eles tenham uma orientação teórica totalmente diferente da nossa, trocamos muito com o pessoal da Dinamarca que têm muito contato com as entidades latino-americanas. Tivemos uma semana de treinamento na Dinamarca sobre a questão do apoio psicológico a pessoas vitimadas pela violência. Tivemos um encontro nas Filipinas, um encontro na África do Sul, um encontro na Argentina. Como não temos financiamento próprio, temos conseguido apoio com outras entidades para a nossa ida a esses encontros.

Há contatos com países fora do Cone Sul, como o Paraguai ou a Colômbia ou a Venezuela?

Temos contato com a Venezuela, até porque a sede da Fedefam é lá, e com a Bolívia, porque há um grupo que foi da direção da Fedefam. Eu estive na Venezuela inclusive no momento em que tinha havido uma chacina da população civil, muita gente havia sido morta. Os familiares de muitas pessoas que tinham sido chacinadas estavam se reunindo na sede da Fedefam no momento em que eu estive lá, em 1988. Agora, os países com que mais fortemente trabalhamos e mantemos contato constante são esses três: Uruguai, Argentina e Chile. No Paraguai não temos nenhum contato.

No dia 28 de abril deste ano, os jornais abriram um amplo espaço para uma documentação encontrada sobre a guerrilha do Araguaia. Este foi um dos temas do I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, em 1985, e dez anos depois ainda é um assunto extremamente difícil de ser tratado...

É.O jornal *O Globo* que está tratando disso desde domingo, e durante toda esta semana vai veicular documentos e fotos que foram dadas por uma pessoa ligada à repressão da guerrilha. Sempre soubemos que as pessoas mais importantes da repressão têm os seus arquivos particulares até hoje. Ontem tivemos uma reunião do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, em que ouvimos o depoimento do Danilo Carneiro, que é um sobrevivente da guerrilha do Araguaia. O Danilo estava extremamente mobilizado com as questões que estavam sendo veiculadas pelo jornal. E uma das coisas que ele relatou foi que todas as pessoas que foram presas, que foram mortas durante a guerrilha foram fotografadas e identificadas. Existe um arquivo central do Exército que tem todas essas fotos, toda essa documentação. Soubemos que no decorrer da semana *O Globo* vai indicar alguns cemitérios onde essas pessoas estariam enterradas. Isso é uma questão que sempre denunciámos: sempre dissemos que esses arquivos existem, não foram queimados, não foram destruídos. É uma obrigação do governo, representante do Estado brasileiro, fazer com que eles sejam abertos, permitir que a sociedade brasileira conheça a história recente deste país, que está sendo negada. Não está sendo negada a nós que militamos, não está sendo negada aos milhares de desaparecidos políticos, está sendo negada à sociedade brasileira. E eu acho que um dos pontos fundamentais da luta do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ é o resgate da nossa história.

Outro fato a que estamos assistindo nestes dias é a absolvição do médico Amílcar Lobo, que é reconhecidamente uma pessoa envolvida com a tortura. Como você vê isso?

Tivemos o nosso primeiro contato com o Amílcar Lobo antes do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ existir. Em 1981, um grupo de presos políticos, junto com o Modesto da Silveira, que era deputado federal na época pelo PMDB, esteve no consultório do Amílcar Lobo quando saiu a primeira denúncia pública. Depois disso fizemos depoimentos na OAB federal. A Inês Etienne Romeu veio a reconhecer a Casa da Morte,

em Petrópolis, onde o Amílcar Lobo atendia, entre aspas, onde ele inclusive participou de um interrogatório aplicando o “soro da verdade” nela. Mas era o governo Figueiredo e veio a fala dos ministros militares, que não admitiam revanchismos etc. e tal, e isto ficou esquecido.

Em 1986 o Grupo Tortura Nunca Mais/RJ tomou a iniciativa de procurar o Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro. Era um grupo progressista que estava à frente do Conselho, e esse grupo pediu à OAB aqueles depoimentos que nós tínhamos dado em 81 e abriu um processo contra Amílcar Lobo. Em 1988 esse processo terminou. No dia do julgamento, o presidente do Cremerj na época, Laerte Vaz, foi ameaçado de morte, tirou os filhos e a mulher de casa. O julgamento foi pela madrugada adentro, e o Amílcar Lobo foi cassado por unanimidade. No ano seguinte, 1989, Amílcar Lobo teve sua cassação referendada pelo Conselho Federal de Medicina. E qual não é nossa surpresa, quando agora a gente vê que na Justiça comum o Amílcar Lobo consegue a prescrição do crime! O que aconteceu foi que o Conselho Federal de Medicina recebeu a notificação de que no dia 17 de abril ia ser julgado o recurso de Amílcar Lobo na Justiça comum, pedindo prescrição do crime, e não avisou o Conselho Regional. Não ficamos sabendo e fomos pegos de surpresa nessa decisão. Mas o mérito do crime não foi julgado, foi julgada a prescrição. E aí há condições de recorrer. O Conselho Federal vai recorrer, o Conselho Regional aqui do Rio também.

Nós tivemos acesso também a uma notícia de que na mesma semana um outro médico que nós tínhamos conseguido acusar, Ricardo Agnese Fayad, ganhou um recurso. Quando Amílcar Lobo foi cassado, foi aberto um processo contra esse médico, hoje general-de-brigada, que fazia o mesmo trabalho que o Amílcar Lobo: acompanhava os prisioneiros para que eles pudessem resistir às torturas e continuar dando as informações. Ricardo Agnese Fayad foi cassado em 94 e esta foi referendada em 95 pelo Conselho Federal, mas ele entrou na Justiça comum com a alegação de que era militar da ativa e não podia ser julgado por civis, só por seus pares. E ganhou. Mas o Conselho Federal de Medicina vai entrar com recurso também.

Achamos que a Justiça comum não pode reverter esses dois julgamentos, até porque os crimes que os dois cometeram são imprescritíveis, ficou comprovado que eles cometeram crimes de lesa-humanidade. Eles não eram médicos ali, eles eram os técnicos da tortura, estavam presentes antes, durante e depois para ver até onde o preso podia agüentar para dar informação. Eles cometeram crimes de lesa-humanidade, que são crimes imprescritíveis pela Constituição. O seu Ricardo Agnese Fayad, por exemplo, não foi julgado enquanto militar, foi julgado por uma coisa que ele fez atuando enquanto médico, segundo ele dizia, com diploma de médico. Nós vamos fazer uma grande campanha a nível nacional e internacional para conseguir reverter isso, porque há direito a recursos, e vários juristas com quem conversamos disseram que além de se tratar de crimes de lesa-humanidade, cujo mérito não foi julgado, são crimes de clamor público. Isso necessita ser revertido, é uma vergonha para a Justiça brasileira.

Quais são as perspectivas do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ hoje?

Com relação às perspectivas, vivemos hoje um momento privilegiado. Acho que a mídia está se abrindo, as confissões estão aparecendo. Ontem eu estava conversando com meu psicanalista, e a gente dizia o seguinte: é o momento em que as confissões aparecem. Sabemos que as Forças Armadas e os seus serviços de informações têm os arquivos. Eles se negam a abrir para a sociedade, mas esporadicamente as pessoas vêm e estão confessando. Nós sabemos que o Amílcar Lobo, por exemplo, não vem espontaneamente dizer que viu Rubem Paiva, assim como viu outros desaparecidos. Não é uma questão de consciência individual. Até pode ser, mas a análise que temos feito é de que são brigas de facções. As pessoas não vêm sozinhas dar as informações. São grupos. Essa pessoa que deu esse depoimento importante sobre a guerrilha do Araguaia, que é apenas a ponta do *iceberg* do que aconteceu no Araguaia, não deu isso individualmente, há uma facção por trás dele. Isso ficou comprovado quando fizemos a análise do livro do Amílcar Lobo. Aí ficou claro por que Amílcar Lobo tinha vindo espontaneamente, entre aspas, dizer que havia visto fulano, beltrano e sicrano no DOI-CODI: ele estava ligado à facção do Fiúza de Castro e do Sílvio Frota, a facção da linha dura que foi afastada durante o governo Figueiredo pelo grupo do Leônidas, que era da linha da abertura gradual, lenta etc. Essas pessoas não vêm falar por acaso, e esses acontecimentos que estão ocorrendo hoje são importantíssimos, até porque a Comissão Especial está funcionando lá em Brasília.

Amanhã estará fazendo 15 anos do atentado do Riocentro. Saiu inclusive uma matéria muito interessante sobre isso no *Correio Brasiliense* do último domingo. Dois militares são entrevistados, e um deles, o José Ribamar Zamith, que é um torturador conhecidíssimo e fala uma série de coisas, denuncia fulano, denuncia sicrano, denuncia o Medeiros, que era do SNI, denuncia o Muniz, que era secretário de Segurança Pública do Rio, também ligado ao SNI. Vê-se claramente nesse depoimento do José Ribamar Zamith sobre a questão do Riocentro a luta de facções.

Suas palavras finais: queremos que você encerre essa entrevista da maneira como desejar.

Quero voltar com vocês à questão da Universidade, até como professora, não apenas pela questão do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ. A Universidade ainda está muito distante dos movimentos sociais. Eu acho que o papel da Universidade é produzir conhecimentos e tentar levar esse conhecimento para a sociedade em geral, principalmente para fortalecer os movimentos sociais.

Sua própria trajetória é a história de uma competência adquirida dentro da Universidade.

Sem dúvida. Eu acho que não poderia ter coordenado as pesquisas dos arquivos do Dops, do IML, do Carlos Éboli, como coordenei na época, se não tivesse toda uma trajetória acadêmica. Sem dúvida, isso me facilitou muito. E isso foi importante também no sentido de eu trazer o problema para cá e discutir com os alunos. Houve um momento em que estávamos pesquisando no arquivo do Dops e alguns alunos aqui na Universidade tiveram interesse nisso. Fizemos um rápido treinamento e eles nos ajudaram. A Eliane

Cantarino também nos ajudou muito na questão da vala de Ricardo de Albuquerque. Mas eu acho que essas questões ainda são muito pouco conhecidas na Universidade. Falamos dos movimentos sociais, mas não entramos em contato com eles. E é difícil, eu sei por experiência própria, ser militante e ser acadêmica, porque temos que produzir, temos que escrever, temos que orientar aluno, temos que dar aula... Não sei como eu agüento. É muito difícil. Eu acho que a academia é produzida até para que a gente não tenha esse espaço, para que isso seja dificultado. Mas hoje ao menos já está colocada a questão do acadêmico militante. Alguns anos atrás era aquele negócio: a academia é para os acadêmicos, o militante fica lá fora.